

Redes de apoio no pós-divórcio de mulheres rurais: acesso e efetividade

Leoni Terezinha Wammes,
Paulo Henrique de Oliveira
y Alessandra Matte

Resumen

Redes de apoyo para mujeres rurales en el periodo de divorcio: acceso y efectividad

Este artículo analiza el acceso y la eficacia de las redes de apoyo para mujeres rurales divorciadas. Se trata de un extracto de una tesis doctoral, basada en entrevistas con 18 mujeres de las regiones occidental y suroccidental de Paraná, seleccionadas mediante la técnica de muestreo en cadena (bola de nieve), cuyos datos fueron analizados mediante el análisis de contenido. Los resultados demuestran que las redes informales, compuestas principalmente por madres, hermanas y amigas, fueron fundamentales para brindar apoyo emocional, material y práctico. La religiosidad presentó un carácter ambivalente: figuras como el sacerdote brindaron apoyo, mientras que la institución religiosa fue fuente de estigma y exclusión. El acceso a las redes formales se vio limitado por la escasez de servicios en las zonas rurales. La migración a la ciudad supuso la pérdida del vínculo conyugal y la ruptura de la red comunitaria rural. Se concluye que las redes fueron ambivalentes e insuficientes, y la autonomía alcanzada se debió más a la resiliencia individual que al apoyo recibido.

Palabras clave: redes de apoyo, divorcio, acceso, resistencia, mujeres rurales

Abstract

Support networks for rural women after divorce: access and effectiveness

This article analyzes the accessibility and effectiveness of support networks for divorced rural women. It is an excerpt from a doctoral dissertation based on interviews conducted with 18 women from the western and southwestern regions of Paraná, selected using the "snowball sampling" technique, with the data analyzed using content analysis. The results show that informal networks, consisting mainly of mothers, sisters, and friends, played a fundamental role in providing emotional, material, and practical support. Religiosity presented an ambivalent character: figures such as the priest offered a welcoming presence, while the religious institution was a source of stigmatization and exclusion. Access to formal networks proved limited due to the scarcity of services in rural areas. Migration to the city led to the breakdown of marital bonds and a rupture with

the rural community network. We conclude that the networks were ambivalent and insufficient, and that the autonomy achieved resulted more from individual resilience than from the support received.

Keywords: support networks, divorce, access, resilience, rural women

Resumo

Este artigo analisa o acesso e a efetividade das redes de apoio às mulheres rurais divorciadas. Trata-se de um recorte de uma tese de doutorado, baseado em entrevistas com 18 mulheres das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, selecionadas pela técnica de “bola de neve”, cujos dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados demonstram que as redes informais, constituídas principalmente por mães, irmãs e amigas, foram fundamentais no suporte emocional, material e prático. A religiosidade apresentou um caráter ambivalente: figuras como o padre proporcionaram acolhimento, enquanto a instituição religiosa foi fonte de estigma e exclusão. O acesso às redes formais mostrou-se limitado pela escassez de serviços no meio rural. A migração para a cidade representou a perda do vínculo conjugal e a ruptura com a rede comunitária rural. Conclui-se que as redes foram ambivalentes e insuficientes, e a autonomia conquistada decorreu mais da resiliência individual que do apoio recebido.

Palavras-chave: redes de apoio, divórcio, acesso, resistência, mulheres rurais

Leoni Terezinha Wammes: Doctora en Desarrollo Regional por la Universidad Tecnológica Federal de Paraná (Brasil). Asistente social.

ORCID: 0000-0002-1606-6472

Email: ninhaw7@gmail.com

Paulo Henrique de Oliveira: Doctor en Fitotecnia por la Universidad Federal do Rio Grande do Sul. Professor Titular na Universidad Tecnológica Federal de Paraná (UTFPR).

ORCID: 0000-0002-1339-9108

Email: phenriqueoliveira@gmail.com

Alessandra Matte: Doctora en Desarrollo Rural por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Profesora titular del Programa de Posgrado en Agroecosistemas (PPGSIS) de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná (UTFPR).

ORCID: 0000-0002-0502-6643

Email: amatte@utfpr.edu.br

Recibido: 28/3/2026

Aceptado: 4/6/2026

Introdução

O divórcio no meio rural representa um processo de reestruturação na vida das mulheres, marcado não apenas por questões emocionais, mas também por desafios materiais, sociais e simbólicos. Além disso, revela as desigualdades de gênero presentes nas relações conjugais, servindo de espelho das estruturas sociais que permeiam o contexto rural. Tanto García Pereiro e Solsona (2011) como Cano *et al.* (2009), corroboram que o divórcio evidencia as desigualdades de gênero, refletindo como as mulheres enfrentam desafios econômicos e sociais mais significativos em comparação aos homens.

Em cenários de transição, as redes de apoio são essenciais, oferecendo suporte afetivo, material e prático. No entanto, no contexto rural, o acesso às redes formais de apoio é dificultado por particularidades como a distância geográfica, a escassez de serviços especializados e as limitações de mobilidade, conforme Coronado (2005) e Wammes (2014). Com isso, as redes informais e comunitárias ganham ainda mais relevância. Camacho (2022), destaca que a coesão social existente no meio rural pode potencializar a força das redes, criando laços de solidariedade mais duradouros.

Partimos do pressuposto de que tais redes se constituem como espaços de co-produção de conhecimento (Matte *et al.*, 2021), de resistência (Kempf; Wedig, 2019) e de autonomia, nos quais as mulheres ressignificam suas identidades e reconstroem seus projetos de vida. Para analisar o acesso e a efetividade dessas redes no pós-divórcio, recortamos este artigo de uma tese de doutorado em andamento.

O estudo fundamenta-se em uma pesquisa qualitativa com 18 mulheres divorciadas das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Para a composição da amostra, foi adotada a técnica de “bola de neve”. Os dados, coletados por meio de entrevistas, foram submetidos à análise de conteúdo. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), e o sigilo das participantes foi preservado mediante a utilização de pseudônimos.

O presente estudo aborda uma temática de relevância social e acadêmica, ainda pouco explorada no Brasil e, sobretudo, na América Latina, no que se refere às experiências de mulheres rurais no período pós-divórcio. Embora situado em um contexto regional específico, dialoga com dinâmicas estruturais, como as desigualdades de gênero, as limitações no acesso a políticas públicas e as particularidades do meio rural, contribuindo para ampliar as investigações sobre redes de apoio e rupturas conjugais nesse contexto.

Para tanto, o texto está organizado em quatro seções, além desta introdução, na segunda, apresentamos o referencial teórico; na terceira, descrevemos a metodologia; na quarta, analisamos o acesso e a efetividade das redes de apoio. Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre os limites e as potencialidades dessas redes.

Redes de apoio no contexto rural: entre a solidariedade e a ambivalência

O divórcio, além de ser um momento emocionalmente complexo, pode trazer consigo uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades. Diante desse cenário dinâmico, torna-se fundamental buscar estratégias para lidar com as demandas decorrentes dessa transição. Nesse contexto, conforme afirmam Petro *et al.* (2025), as redes de apoio emergem como elementos essenciais, oferecendo um porto seguro e acolhedor para quem vivencia esse processo.

As redes de apoio são primordiais para auxiliar as famílias a se adaptarem às possíveis mudanças que algum fato novo pode despertar. Elas podem ser compostas pela família de origem, tendo destaque o apoio das mulheres e coletivos (Pereira; Leitão, 2020; Pinto; Pontes; Silva, 2013). Suas funções abrangem desde o suporte emocional, a companhia e o aconselhamento até o acesso a novos contatos e o auxílio material, constituindo um sistema multifacetado de suporte social essencial, sobretudo em contextos desafiadores (Pereira; Leitão, 2020).

Cano *et al.* (2009), concordam com os autores acima e destacam a importância das redes de apoio, como a família extensa, amigos e escola, no processo pós-divórcio. Essas redes oferecem suporte emocional e instrumental aos indivíduos envolvidos, como acarinhlar, aconselhar, ajudar financeiramente, preparar refeições, entre outras ações. Conforme os autores, a presença de redes de apoio adequadas pode auxiliar na adaptação e reorganização familiar durante e após o divórcio, contribuindo para um processo mais saudável e positivo.

Coronado (2005), destaca a importância das redes de apoio informais (familiares, amigos) e formais (serviços jurídicos, psicológicos) para que mulheres divorciadas possam reconstruir suas vidas. Entretanto, o mesmo autor aponta que o acesso a esses serviços especializados é um desafio particular para quem reside em áreas rurais, sendo a distância geográfica dos serviços um obstáculo significativo. Essa dificuldade é agravada, conforme corrobora Wammes (2014), pela precariedade dos transportes públicos e pela escassez de equipamentos públicos tanto de saúde como de assistência social nas comunidades rurais. A combinação desses fatores dificulta o acesso das mulheres aos recursos necessários para sua reconstrução após o divórcio.

Nesse sentido, em contextos de presença intermitente do Estado, as redes informais assumem um papel central, transferindo às mulheres e à comunidade a responsabilidade pela sustentação da vida (Magliano; Arrieta, 2023). Essa realidade se assemelha à vivenciada pelas mulheres rurais em situação de pós-divórcio, para quem a ausência de serviços públicos no território torna as redes familiares e comunitárias a principal e, por vezes, única fonte de apoio.

Essa dinâmica se acentua no meio rural, onde Camacho (2022) observa que as redes de apoio informais são mais fortalecidas e coesas do que as presentes em áreas urbanas. Essa característica decorre de diversos fatores, dentre os quais a proximidade geográfica entre os membros da comunidade, que favorece

a construção de laços profundos e duradouros. As pessoas se conhecem desde cedo e compartilham histórias, experiências e valores em comum.

Essa proximidade gera um senso de pertencimento e identidade que fortalece as redes de apoio. Entretanto Rocha, Galeli e Antoni (2019) apontam para o caráter ambivalente das redes de apoio. Conforme os autores, essas redes nem sempre se mostram efetivas, podendo, inclusive, dificultar a identificação da violência e a saída da relação abusiva. Essa ambiguidade decorre da complexidade das relações interpessoais envolvidas, marcadas por preconceitos, estigmas, dificuldades emocionais e dinâmicas de poder que permeiam os vínculos.

Matte *et al.* (2021), traz um olhar sobre o conceito de coprodução de conhecimento e sua ligação com as redes de apoio. Nesses espaços, a troca de saberes locais e acadêmicos promove a autonomia feminina, permitindo que as mulheres construam, em conjunto, soluções para seus desafios. Ao fortalecer a confiança mútua e permitir a ressignificação de seus papéis sociais, essas redes contribuem para a transformação das narrativas sobre a mulher rural.

A pesquisa de Courdin, Litre e Correa (2014), demonstra a importância de incluir as mulheres na produção de conhecimento sobre o meio rural. Conforme as autoras, isso é fundamental para reconhecer e valorizar suas contribuições, muitas vezes invisibilizadas nas estatísticas oficiais e nas análises tradicionais. Segundo Herrera (2012), essa desvalorização do trabalho da mulher rural muitas vezes vem delas mesmas, fator que evidencia a importância de promover espaços de reflexão e empoderamento que fortaleçam o reconhecimento de seu próprio papel no campo.

As pesquisas de Matte *et al.* (2021) e Courdin, Litre e Correa (2014), afirmam que as mulheres, ao compartilharem seus saberes e experiências, se tornam agentes ativas na construção de soluções para os desafios que enfrentam. Assim, as redes de apoio em ambas as pesquisas são identificadas como espaços decisivos para a troca de experiências, a construção de relações de confiança e o desenvolvimento de ações coletivas, mostrando-se instrumentos de transformação social.

Nas redes de apoio pós-divórcio, essa coprodução se materializa como um espaço de aprendizado mútuo, onde mulheres compartilham experiências, constroem coletivamente estratégias e acessam informações relevantes. Através da troca colaborativa, geram benefícios recíprocos, isto é, cada participante ensina e aprende ao mesmo tempo, desenvolvendo conhecimentos práticos para superar os desafios dessa transição (Barcellos, 2020).

Nessa perspectiva, as redes solidificam-se como estratégias de ação coletiva. Para autores como Nobre, Lobo e Pontes (2020) e Kempf e Wedig (2019), é precisamente por meio dessas coletividades que as mulheres rurais constroem suas resistências cotidianas e sutis, contrapondo-se a papéis de gênero impostos e a diversas formas de opressão. Logo, as redes mostram-se não apenas como um

espaço de conversa, mas também como estratégia de mobilização e enfrentamento coletivo.

Conforme Hurtado e Porto-Gonçalves (2022), a resistência, pode ser entendida como a oposição persistente e a busca por manter-se firme diante das adversidades e das desigualdades de gênero. Essas ações coletivas, segundo os autores, contribuem para a reafirmação da existência e a reinvenção de suas identidades. Além disso, a resistência nas redes de apoio também envolve a criação de condições de existência digna, e a busca por formas de ser e estar no futuro.

Ao longo do texto, vários autores evidenciam que as redes de apoio constituem, em si, uma estratégia fundamental de resistência e de ação coletiva para as mulheres rurais. Mais do que oferecer suporte pontual, elas funcionam como estruturas que convertem desafios individuais em respostas coletivas. Por meio delas, fortalecem seu protagonismo, desafiando estruturas de poder que as marginalizam. Dessa forma, as redes consolidam-se não apenas como amparo, mas também como espaços de transformação social, nos quais essas mulheres ressignificam suas identidades e constroem novas possibilidades de vida.

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho constitui um recorte analítico de uma tese, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR/Pato Branco, a qual direciona o olhar para os processos e as consequências sociais, econômicas, e familiares vivenciados por mulheres rurais que, após uma separação conjugal, migraram para o meio urbano. O objetivo específico deste estudo é analisar o acesso e a efetividade das redes de apoio no pós-divórcio.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão aprofundada dos significados, experiências e percepções das sujeitas envolvidas (Minayo, 2010). A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que demanda a apreensão de aspectos subjetivos e contextuais das trajetórias de mulheres em situação de vulnerabilidade e reconstrução identitária.

Participaram da pesquisa 18 mulheres residentes nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, selecionadas com base nos seguintes critérios: (a) ter vivenciado o divórcio; (b) residir no meio rural à época do casamento; e (c) ter migrado para o meio urbano em decorrência do processo de separação conjugal ou após ele. Para a identificação e seleção das participantes, inicialmente contamos com a ajuda de agentes sociais, que indicaram as primeiras mulheres. Em seguida, utilizou-se a técnica de amostragem em “bola de neve”, que consiste em localizar participantes iniciais (sementes) que atendam aos critérios da pesquisa e, a partir delas, solicitar indicações de outras mulheres com perfil semelhante, encerrando-se o processo quando há saturação teórica dos dados (Vinuto, 2014).

As participantes apresentam perfis diversificados em termos de idade (entre 23 e 65 anos), tempo de casamento (de 6 a 40 anos) e tempo de divórcio (de 1 a 32 anos). Quanto à escolaridade, predominam aquelas com ensino fundamental e médio, com registros também de conclusão do ensino superior. No que diz respeito à filiação religiosa de origem, a maioria se identifica como católica, com algumas pertencentes a denominações evangélicas.

Todas as entrevistadas vivenciaram um único divórcio. Embora o grupo apresentasse diversidade quanto à idade, à duração da união e ao tempo decorrido desde o divórcio, a análise dos relatos não identificou diferenças analiticamente relevantes entre esses subgrupos nos fenômenos centrais investigados (duplo luto, migração como estratégia de sobrevivência, redes de apoio e religiosidade). Os achados indicaram, uma homogeneidade nas experiências, o que justifica sua apresentação agregada ao longo do artigo.

Quanto à renda, a maioria das participantes encontra-se na faixa de até dois salários mínimos, com algumas situadas entre dois e quatro salários mínimos e apenas uma na faixa de quatro a seis salários mínimos, o que reflete a inserção predominante em ocupações como diarista, zeladora, trabalhadora da indústria alimentícia e empreendedora informal.

As entrevistas foram realizadas presencialmente entre janeiro e março de 2025, em locais escolhidos pelas participantes (predominantemente em suas residências), garantindo privacidade e conforto para a narração de suas histórias. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas com base em um roteiro temático que abordou aspectos como a vida antes e durante o casamento, o processo de divórcio e a migração para o meio urbano.

Para investigar as redes de apoio no pós-divórcio, foi utilizado um bloco temático específico no roteiro, contendo perguntas abertas e fechadas que abordavam: a existência e composição das redes de apoio, os tipos de suporte recebidos (emocional, financeiro, prático), a percepção sobre a qualidade desse apoio, as mudanças nas relações após o divórcio, a formação de novas amizades, as dificuldades de acesso a serviços e a participação em grupos formais de suporte.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UTFPR (CEP/UTFPR), sob o parecer nº 83655224.5.0000.0177, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016. Foram garantidos o consentimento livre e esclarecido das participantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e o sigilo das identidades. Para preservar a identidade das participantes, foram utilizados pseudônimos. Esses nomes foram escolhidos pelas próprias entrevistadas ao final de cada entrevista, a partir da forma como se reconheceram em suas trajetórias e experiências de vida. As denominações adotadas como Corajosa, Fênix, Lutadora, Guerreira, Vitoriosa, não devem ser compreendidas como traços fixos de personalidade nem como

categorias analíticas prévias, mas como expressões narrativas situadas, que não orientam antecipadamente a interpretação dos excertos analisados.

A transcrição das entrevistas foi realizada com o auxílio da ferramenta de áudio e vídeo da plataforma Riverside.fm, que utiliza inteligência artificial para converter a fala em texto. Em seguida, foram submetidos à análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). O processo analítico desenvolveu-se em três etapas: (a) pré-análise, com leitura flutuante do material e organização inicial dos documentos; (b) exploração do material, com a codificação e identificação de núcleos de sentido recorrentes nas narrativas; e (c) tratamento dos resultados e interpretação, com a categorização temática e o diálogo com o referencial teórico adotado.

Resultados e discussão

Os processos de divórcio são marcados por desafios que vão da reestruturação emocional às questões práticas e financeiras. A análise dos dados evidencia que o suporte mobilizado pelas mulheres no pós-divórcio não se organiza de forma homogênea, mas a partir de diferentes eixos analíticos interdependentes, nos quais redes familiares, comunitárias, religiosas e institucionais assumem funções complementares e, por vezes, contraditórias. Esses eixos permitem compreender tanto os elementos comuns às trajetórias das entrevistadas quanto as desigualdades no acesso e na efetividade das redes de apoio.

De forma significativa, todas as entrevistadas (100%) relataram ter contado com alguma rede de apoio, composta principalmente por familiares e amigos. Esse dado revela uma uniformidade nas trajetórias analisadas, indicando que, no contexto rural, o divórcio dificilmente é enfrentado de forma totalmente isolada. A figura da mãe ou de outra mulher emergiu como um suporte fundamental, conformando o que se pode conceituar como sustentação prática imediata, como ilustram os depoimentos a seguir:

O padre me apoiou, a minha mãe apesar de ficar bem ressentida comigo, também me apoiou. (Batalhadora Alfa)

Minhas irmãs me apoiaram na hora, meu pai que ficou meio esquisito. Na verdade, eu tive muito apoio da minha mãe, do meu pai não, porque ele queria que eu voltasse pra casa. até lavaram a minha casa, pois estava tão desanimada que não tinha força. Uma amiga em particular que tinha se separada a pouco tempo que me ajudou muito. (Vitoriosa)

Depois da separação, quem realmente me apoiou foram meus pais. No começo, eles não queriam que eu me separasse, mas quando viram o que eu tinha passado, me acolheram. (Vitoriosa Alfa)

A mãe, financeiramente me ajudando no que podia. E pra você ter noção, eu não sabia nem onde era o CRAS pra eu poder ir atrás de uma bolsa-família, ou leite, entendeu? Gás, essas coisas. Eu não tinha noção. (Fênix)

Quem me apoiou foi essa minha irmã que mora comigo e a minha mãe, e a minha irmã que morava perto de mim. Ajudaram com dinheiro e com comida. (Batalhadora Incansável)

O apoio recebido de mães, irmãs e amigas, destacado pelas entrevistadas, atua como uma “capa protetora”, amenizando a sobrecarga do divórcio (Pereira; Leitão, 2020; Pinto; Pontes; Silva, 2013), o qual se assemelha ao processo de luto (Santos; Lemos; Andrade, 2024). Esse fenômeno não constitui uma experiência isolada, mas reflete um padrão social, cultural e afetivo, que se manifesta na feminização das redes de apoio (Machado; Pereira, 2020), onde mulheres assumem um papel central de suporte mútuo em contextos de vulnerabilidade.

Além do apoio familiar, a análise permite identificar um segundo eixo analítico: a busca por legitimação moral no processo de ruptura conjugal. Nesse eixo, as entrevistadas recorreram a figuras religiosas não apenas por orientação espiritual, mas também por necessidade de validação simbólica diante de normas sociais que ainda regulam o divórcio no meio rural.

Eu procurei o padre da nossa paróquia, né? (...). E eu acho que foi nessas palavras dele que me deu mais força de dizer: não, eu sou capaz. (Corajosa)

Olha, o padre eu fui conversar com ele assim lá também, ele me apoiou bastante (Lutadora)

Eu conversei com o padre daqui ele me aconselhou. (Fênix Alfa)

O padre foi lá conversar com meu marido para as coisas se ajeitarem, no início parecia que ia ajudar, fiquei segura que ia dar certo, mas ele não quis mais. (Batalhadora Alfa)

A busca pelo padre, enquanto figura de autoridade religiosa, surge entre as entrevistadas menos como uma procura por conselhos específicos e mais como uma necessidade de legitimação moral. O aval do sacerdote foi decisivo para validar a experiência das entrevistadas e conceder a permissão simbólica necessária para romper o vínculo conjugal sem, contudo, renunciar à fé. Esse achado converge com a literatura ao evidenciar que a religiosidade, para além do campo espiritual, atua como um dispositivo moral que orienta e legitima decisões familiares, especialmente em contextos rurais marcados por forte normatividade social (Rezende; Mandelbaum, 2014; Camacho, 2022).

Ao oferecer um espaço de escuta acolhedora, o padre amenizou a rigidez das normas que, conforme analisam Federici (2017) e Camacho (2022), consolidaram o matrimônio sob influências religiosas e definiram um papel social distinto para a mulher, com implicações para sua autonomia. A atitude do padre, assim, não

só trouxe alívio individual, mas também criou uma possibilidade de apoio dentro de uma estrutura que, por vezes, marginaliza mulheres divorciadas (Silva *et al.*, 2010).

Por outro lado, para algumas das entrevistadas, a relação com a instituição religiosa é marcada por um cenário de distanciamento e julgamento:

Eles podiam vir conversar com você, né? O padre, ou o ministro, ou alguém que é mais estudado, que pertence à igreja podia acolhe a gente mais. (Superação)

A Igreja não me apoiou. Eu fui ministra por vários anos da igreja católica. (...) Comunga, não comungo porque falam que não pode, né? A gente é taxada de não sei o quê, que é uma separada, a igreja é ruim nesse sentido. (Guerreira)

Eu frequento a igreja, mas eu não vou comungar. Tanto é que a igreja diz, né? E se eu não tiver outro parceiro, eu posso. Mas por opção minha, eu não comungo. (Liberta)

Eu me dizia católica e aí assim, igreja católica te discrimina quando você se separa, porque daí você não pode mais tomar uma comunhão, eu não me sentia mais confortável dentro da minha igreja. (...) Eu não tive apoio nenhum da parte da igreja. (Vencedora)

Me distanciei, pois fiquei com vergonha do que tinha acontecido, me julgava muito, pensava no julgamento que os outros iriam fazer. (Renascida)

Os relatos das entrevistadas revelam uma tensão entre expectativas de acolhimento e experiências concretas de divórcio no contexto religioso, o que se pode conceituar como dupla penalização. Se, por um lado, a intervenção do padre oferece acolhimento individual, por outro, a Igreja, como instituição, transforma o suporte espiritual comunitário em fonte de julgamento e exclusão. Esta ambivalência materializa-se numa punição simbólica que incide sobre mulheres divorciadas. O fato de não poderem, por exemplo, comungar, e o sentimento de não fazerem mais parte da comunidade são custos emocionais e sociais que se somam à dor do divórcio. Isso as isola ainda mais e aumenta sua vulnerabilidade.

Essa ambiguidade não é um fenômeno isolado. Conforme apontam Magliano e Arrieta (2023), redes comunitárias em contextos de vulnerabilidade são marcadas por uma profunda ambivalência, podendo tanto sustentar quanto reproduzir estigmas e exclusões. De modo semelhante, Rocha, Galeli e Antoni (2019) observam que as redes de apoio nem sempre são efetivas e, na verdade, podem dificultar processos de superação. A Igreja, neste sentido, ilustra como uma mesma rede, baseada em laços comunitários e fé, pode oferecer apoio e, ao mesmo tempo, negar participação e acolhimento àquelas que não se enquadram em seus preceitos doutrinários.

Além do suporte religioso, somente duas entrevistadas acessaram as redes formais de saúde:

Fui pelo SUS. Foi psicóloga, Mas porque eu tinha muito medo, eu tinha... nossa, Eu não tinha ideia de sair, eu...Eu sempre fui muito acanhada, desde pequena, meu Deus, tímida, tímida, tímida, não falava com ninguém. Aí eu pensei, meu Deus, e agora como é que eu vou fazer? Eu tenho que ir em banco, tenho que ir em cartório, tenho que ir nesses lugares, como é que eu vou fazer? E essa parte eu tinha muito medo aí, agora não tenho mais medo. (Guerreira)

Eu passei por psicólogo antes de separar. Eu cheguei num ponto assim, que eu estava no fundo do poço, que eu comecei a ter dor no corpo todo, que eu não aguentava mais, que assim, o ciúme dele me incomodava muito, assim. A pressão dele, o comportamento, tudo. Eu cheguei a procurar ajuda com um médico e eles me passaram daí para psicóloga. E eu fui na psicóloga um ano. (Corajosa Alfa)

A busca por apoio psicológico de Guerreira e Corajosa Alfa, em momentos de sofrimento, materializa a vulnerabilidade pós-divórcio descrita por García Pereiro e Solsona (2011). O medo, a ansiedade e o esgotamento foram os sentimentos que deflagraram a crise, levando-as a buscar apoio para o enfrentamento. Essa busca por ajuda atua como base para a reorganização prática e emocional após a ruptura, conforme analisado por Coronado (2005).

A baixa procura por serviços especializados reflete um contexto de várias barreiras, que incluem desde o desconhecimento e o estigma, até a escassez material de recursos e as limitações de mobilidade no meio rural (Coronado, 2005; Wammes, 2014). Nesse cenário, a priorização das redes informais como primeira linha de suporte (Camacho, 2022) vai além de uma preferência cultural, por vezes, é única alternativa. Assim, a dependência da comunidade e da família não é uma preferência, mas sim o reflexo de uma dificuldade de acesso a serviços formais.

Com base nas entrevistas e no estudo de Pereira e Leitão (2020), o apoio emocional foi o mais citado entre as mulheres, seguido pelo apoio financeiro e, por último, pelo apoio prático. A maioria destacou o acolhimento de familiares e amigas como essencial para aliviar a sobrecarga pós-separação. Em casos como o de Vitoriosa, o suporte mostrou-se multidimensional: *Emocional, financeiro e prático, até lavaram a minha casa, pois estava tão desanimada que não tinha força.*

Contudo, a efetividade dessas redes de apoio mostrou-se desigual. Embora oferecessem apoio emocional, elas falhavam em fornecer o suporte prático e financeiro necessário. A fala de Fênix evidencia essa lacuna: "Eles até entendem a separação (...) mas, quando falta alguma coisa em casa, ninguém vem dar (...) É você que tem que fazer acontecer". Este contraste, onde o apoio é afetivo, mas a responsabilidade material permanece dela, confirma a noção de redes não-efetivas (Rocha; Galeli; Antoni, 2019), nas quais a mulher continua sobrecarregada para suprir suas necessidades básicas.

Algumas entrevistadas formaram novas redes de apoio, baseadas em identidades e experiências comuns. Guerreira Alfa destaca a transição para um "outro

grupo de amigas, todas separadas”, e Vitoriosa Alfa reforça: “no início eram mulheres separadas”. Essas novas configurações vão além do apoio emocional, são redes coletivas que as mulheres constroem resistências e se reinventam, desafiando os estigmas e as estruturas que as marginalizam (Kempf; Wedig, 2018; Nobre; Lobo; Pontes, 2020; Kempf, 2022).

A observação de Renascida “fiz algumas amizades novas, mas não posso falar que era uma rede, era mais amigo de boteco, pois minhas verdadeiras amizades são aquelas que eu tinha no sítio”, mostra que laços novos e superficiais não substituem redes antigas de confiança, reforçando a conclusão de Pereira e Leitão (2020) de que a efetividade do apoio depende menos da quantidade de relações e mais da confiabilidade dos vínculos.

As entrevistadas, de modo geral, situam-se entre a perda e a construção de novas redes de apoio, baseadas na solidariedade e na compreensão. Tais redes, como analisam Matte *et al.* (2021) tornam-se espaços de resistência e de coprodução, nos quais as mulheres, ao compartilharem suas experiências, não apenas encontram conforto, mas também reafirmam suas existências.

Além das redes informais de amizade, a pesquisa investigou a participação das mulheres em grupos organizados de apoio. A análise revela um cenário significativo: a maioria das entrevistadas não mantém vínculos atuais com grupos formais. No entanto, seus relatos evidenciam experiências positivas passadas em espaços comunitários rurais, como clubes de mães e grupos recreativos, que representavam importantes fontes de suporte prático e emocional.

Algumas mulheres mencionaram a participação em grupos de autoajuda, como o Amor Exigente e Alcoólicos Anônimos, na tentativa de enfrentar situações de violência conjugal. Destaca-se também o caso de uma entrevistada que recebeu acolhimento de uma organização não-governamental quando se encontrava em situação de ameaça. Essas experiências demonstram o potencial desses espaços como suporte especializado complementar às redes informais.

Contudo, o processo de migração para o meio urbano representou uma ruptura significativa desses vínculos comunitários. Muitas mulheres relataram que, após a mudança, deixaram de participar desses grupos devido às novas demandas de trabalho, à inadequação dos grupos urbanos à sua realidade ou ao desgaste emocional do pós-divórcio.

Assim, a saída do meio rural após o divórcio representa mais que uma mudança de endereço, o divórcio impôs a muitas delas um duplo luto (Camacho, 2022). Além da dissolução do casamento, elas perderam seu modo de vida e uma rede de apoio, o que as deixou desamparadas justamente quando mais precisavam de apoio. Esse deslocamento não ocorre de forma neutra. Ele é marcado por relações de gênero e de classe. Para as mulheres rurais entrevistadas, a migração surge menos como uma escolha e mais como uma estratégia de sobrevivência. Isso se deve à dificuldade que elas têm de acessar recursos produtivos, à falta

de oportunidades de trabalho no campo e à divisão desigual da terra e da renda. Trata-se, portanto, de um processo profundamente influenciado pelo gênero, que não atinge da mesma forma os homens ou mulheres em posições socioeconômicas privilegiadas.

Diante da carência de redes formais, a religiosidade emergiu como uma estratégia de enfrentamento, ainda que ambivalente. Se, para algumas, a fé individual proporcionou um suporte espiritual fundamental, para outras, a instituição religiosa revelou-se uma fonte de julgamento e controle. Esta dinâmica ilustra a vigilância patriarcal e o acolhimento condicional analisado por Camacho (2022), Coronado (2005) e Sirelli e Souza (2017), que compreendem o suporte oferecido por tais instituições como subordinado à adesão a normas morais específicas.

Em síntese, a análise das trajetórias de mulheres rurais após o divórcio revela uma tensão entre suporte e fragilidade em suas redes de apoio. As redes informais, especialmente aquelas constituídas por outras mulheres, ofereceram apoio emocional e material, porém de forma limitada e descontínua, confirmando seu caráter ambivalente. Somam-se a isso a mudança forçada para o meio urbano, o rompimento do relacionamento e a perda do modo de vida, fatores que ampliaram a vulnerabilidade dessas mulheres. Nesse contexto, embora as redes tenham proporcionado um suporte nem sempre suficiente, os relatos evidenciam que a reconstrução de suas vidas se apoiou, sobretudo, na própria força e resistência mobilizadas no cotidiano, um processo marcado por enfrentamentos sutis e persistentes, que Kempf e Wedig (2019) conceituam como “resistência cotidiana”.

Considerações finais

A análise das trajetórias de mulheres rurais em situação de pós-divórcio evidencia que as redes de apoio, embora indispensáveis, operam em um campo de contradições. O suporte recebido, prioritariamente emocional, material e prático, teve como principais provedoras outras mulheres (mães, irmãs e amigas), o que configurou uma solidariedade feminina que amenizou os impactos imediatos da ruptura conjugal. Contudo, a efetividade dessas redes mostrou-se limitada, especialmente no suporte financeiro e prático de longo prazo, deixando as entrevistadas em situação de vulnerabilidade mesmo quando acolhidas afetivamente.

A religiosidade revelou um caráter ambivalente marcante. Se a figura do padre representou acolhimento e legitimação moral, a instituição religiosa emergiu como espaço de estigmatização e exclusão, evidenciando os limites do apoio institucional e os custos simbólicos impostos a essas mulheres.

A migração para o meio urbano implicou um duplo rompimento: a perda do vínculo conjugal e a ruptura com as redes comunitárias rurais, que funcionavam como espaços de coprodução de conhecimento, de apoio mútuo e de fortalecimento identitário. Esse deslocamento aprofundou o isolamento social e fragilizou as estratégias coletivas de enfrentamento.

O acesso a redes formais de apoio mostrou-se bastante restrito, revelando barreiras estruturais, como a distância geográfica, a escassez de equipamentos públicos e as dificuldades de mobilidade. A ênfase nas redes informais, nesse contexto, não expressa uma preferência cultural, mas sim a ausência de serviços públicos no meio rural, transferindo à família e à comunidade funções que deveriam ser garantidas pelo Estado.

Diante desse cenário, os achados apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam a descentralização de serviços especializados, o fortalecimento de redes comunitárias de acolhimento e a capacitação de agentes locais. Tais políticas devem ser desenhadas a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, classe social e território, visto que a escassez de recursos de apoio profissional atinge desproporcionalmente mulheres rurais em situação de baixa renda — diferentemente de homens rurais ou de mulheres em posições socioeconômicas privilegiadas, que dispõem de acesso a serviços privados e redes alternativas de suporte.

Por fim, ainda que as redes de apoio tenham desempenhado um papel relevante, a reconstrução das trajetórias não pode ser atribuída exclusivamente a elas, tampouco pode ser romantizada. A autonomia conquistada foi alcançada em meio a uma solidão imposta por uma estrutura que transfere à mulher a responsabilidade exclusiva pelo recomeço, tornando a resiliência uma estratégia de sobrevivência, não uma escolha.

Referências

- Barcellos, V. G. (2020). *Coprodução, conhecimento e o comum*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Camacho, C. L. (2022). *Experiencias de mujeres rurales ante el proceso de divorcio: Una investigación cualitativa sobre cómo el ámbito rural repercute en las oportunidades que surgen tras la ruptura*. (Dissertação de Mestrado). <https://rodin.uca.es/bitstream/handle/10498/27471/TFM%20LAURA%20CAMACHO%20CORCHADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Cano, D. S.; Gabarra, L. M.; Moré, C. O.; Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000200007>
- Coronado, M. Z. (2005). Las redes de apoyo social de las mujeres divorciadas. *Perspectivas Sociales*, 7(2), 81-102. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5018846>

- Courdin, V.; Litre, G.; Correa, P. (2014). Sustainable Development and the Transformation of Female Rural Labor: the Case of Women Cattle Ranchers in Uruguay. *Sustainability in Debate*, 5(2), 55–75. <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15608>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- García Pereiro, T.; Solsona, M. (2011). El divorcio como nudo biográfico: Una revisión de la literatura reciente desde la perspectiva de la vulnerabilidad postdivorcio. *Documents d'anàlisi geogràfica*, 57(1), 105-126. <https://raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/view/241973>
- Herrera, K. M. (2012). Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, (10). Anais.
- Hurtado, L. M.; Porto-Gonçalves, C. W. (2022). Resistir y re-existir. *GEOgraphia*, 24(53).
- Kempf, R. B. (2022). *Saberes e fazeres de mulheres camponesas e quilombolas nas agriculturas: produzindo formas de resistências e existências*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná.
- Kempf, R. B.; Wedig, J. C. (2019). Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. *Mundo Agrário*, 20(43). http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1515-59942019000100110&script=sci_arttext
- Machado, M. S.; Pereira, C. R. R. (2020). Redes Pessoais Significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social. *Estud. psicol.*, 25(4). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2020000400004&lng=pt&nrm=iso
- Magliano, M. J.; Arrieta, S. (2025). Cuidados comunitários em tempos de pandemias: Produção social do habitat e sustentabilidade da vida em Córdoba (Argentina). *Revista de Ciencias Sociales*, 36(53), 175-198. <https://revistas-fcs.edu.uy/index.php/racs/article/view/260>
- Matte, A.; Camporezi, V. B.; Jesus, T. C. de; Litre, G.; Moraes, M. F. de; Brilhador, A. (2021). Co-production of knowledge among rural women: paths to female recognition in rural areas. *Sustainability in Debate*, 12(2), 254-283. <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/37700>
- Minayo, M. C. de S. (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (29.ª ed.). Vozes.
- Nobre, M.; Lobo, N.; Pontes, N. (2020). Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta feminista no Vale do Ribeira. Em E. Paim (Org.), *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia* (109-134). Editora Funilária.

- Pereira, V. B.; Leitão, H. de A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-12. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3708
- Petro, M.; Tvrdoň, M.; Spuchlák, J.; Lengyelfalussy, T.; Cobo, M. O. (2025). Supportive Social Network and Social Accompaniment of Families after Divorce. *Journal of Education Culture and Society*, 16(1), 179-194.
- Pinto, N. M. de A.; Pontes, F. A. R.; Silva, S. S. da C. (2013). A rede de apoio social e o papel da mulher na geração de ocupação e renda no meio rural. *Temas em Psicologia*, 21(2), 297-315. <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532001.pdf>
- Rezende, J. C.; Mandelbaum, B. P. H. (2014). Do altar ao fórum: a visão de mulheres separadas sobre os motivos da separação conjugal. *Transformações em Psicologia*, 5(1), 51-67. https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2018/09/6%C2%AA_Ed._Artigo_3_-_Do_Altar_ao_F%C3%B3rum.pdf
- Rocha, R. Z. da; Galeli, P. R.; Antoni, C. de. (2019). Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal. *Contextos Clínicos*, 12(1), 124-152. <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.121.06>
- Santos, R. X.; Lemos, S. S.; Andrade, C. I. P. de. (2024). *A reconstrução da autoestima da mulher após o divórcio segundo a terapia cognitiva comportamental*. Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste.
- Silva, L. de B. C. B. da; Branco, L. de B. C.; Santos, V. M. B. M.; Machado, E. (2010). O dilema das mulheres divorciadas no ambiente eclesial brasileiro. *Caminhos: Revista de Ciências da Religião*, 7(2), 245-257. <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/1219>
- Sirelli, P. M.; Sousa, M. O. de. (2017). Religião e a propagação da ideia de submissão da mulher. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 1(2), 200-218. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/972>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>
- Wammes, L. T. (2014). *A Política Nacional de Assistência Social e o acesso aos direitos à universalidade e à equidade dos benefícios e serviços às populações rurais: um estudo de caso no município de Toledo-PR*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Contribución de autoría

Leoni Terezinha Wammes: conceptualización; investigación; metodología; análisis formal; redacción del borrador original; visualización; gestión de datos; validación; revisión y edición del texto.

Alessandra Matte: supervisión; metodología; revisión y edición del texto; validación; análisis formal.

Paulo Henrique de Oliveira: supervisión; revisión y edición; validación; administración del proyecto.

Disponibilidad de datos

El conjunto de datos que apoya los resultados de este estudio no se encuentra disponible.

Nota

Aprobado por Joaquín Cardeillac (editor responsable).